

**Lei 1295/2025**

(Projeto de Lei nº 005/2025 – Autoria: Poder Executivo)

**INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL–REFIS 2025, CONCEDENDO INCENTIVOS TEMPORÁRIOS PARA A REGULARIZAÇÃO DE DÉBITOS COM O MUNICÍPIO DE CONDE, ALTERA AS LEIS Nº(S) 1.264/2024 (LDO), 1.283/2024 (LOA), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**A Prefeita Constitucional do Município de Conde**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 60, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Conde, Estado da Paraíba faz saber o que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituído, no Município de Conde, o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS 2025, destinado a promover a regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos de contribuintes, relativos ao **IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA – IPTU**, à **TAXA DE COLETA DE RESÍDUOS – TCR** e ao **IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISS**, em razão de situações jurídicas ou fatos geradores, ocorridos até 31 de dezembro de 2024, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não.

§ 1º. O REFIS-2025 terá a vigência de 60 (sessenta) dias, iniciando a partir da publicação dessa lei.

§ 2º. Por medida de conveniência e oportunidade, o período descrito no caput deste artigo poderá ser prorrogado, mediante Decreto, por mais 60 (sessenta) dias, restringindo ao exercício financeiro/orçamentário vigente.

§ 3º. A Secretaria Municipal de Fazenda e a Procuradoria Geral do Município, conjuntamente, adotarão as medidas necessárias à implantação e execução dos incentivos previstos nesta lei.

**Art. 2º** O ingresso no REFIS-2025 dar-se-á por opção do contribuinte, que fará *jus* a regime especial de consolidação dos débitos de tributos municipais incluídos no Programa,

sejam os decorrentes de obrigação própria, sejam os resultantes de responsabilidade tributária, tendo por base a data da opção.

**Art. 3º** Para pagamentos à vista, será concedida a redução de 100% (cem por cento) dos juros e multa de mora.

**Art. 4º** Para pagamentos parcelados, os incentivos corresponderão à concessão de reduções, a consolidação dos débitos será por cadastro e obedecerá aos seguintes critérios:

I. o limite máximo de parcelas corresponderá a 12 (doze), quando o valor do débito seja igual ou inferior a 60 Unidades Fiscais do Estado da Paraíba, passando a 24 (vinte e quatro), caso o valor do débito seja superior, em prestações mensais, iguais e sucessivas, a primeira vencendo no a toda opção e as demais no dia do a toda opção do mês subsequente;

II. a parcela mínima de R\$100,00 (cem reais) para pessoa física e R\$200,00 (duzentos reais) para pessoa jurídica; e

III. aplicar-se-ão, linearmente, descontos nos juros de mora e multa de mora, escalonados, a depender da quantidade de parcelas, nos seguintes termos:

a) entre 2 (duas) e 12 (doze) parcelas, desconto de 70% (setenta por cento);

b) entre 13 (treze) e 24 (vinte e quatro) parcelas, desconto de 50% (cinquenta por cento);

**Parágrafo Único.** O atraso no recolhimento de qualquer parcela por mais de 3(três) meses implicará no vencimento antecipado de todas as parcelas vincendas, com a perda de todos os benefícios, bem como na sua imediata inscrição na Dívida Ativa, se for o caso, ou no prosseguimento da execução fiscal, quando houver.

**Art. 5º** A correção monetária não integrará o sistema de incentivo proposto da presente norma, sendo atualizada até a data da opção, nos termos da lei aplicável.

**Art. 6º** Os honorários advocatícios incidentes nas dívidas inscritas em dívida ativa, ficam fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor que restar devido, conforme as reduções incidentes em decorrência da modalidade de acordo escolhida.

**Parágrafo único.** Nos casos de ação judicial, faz-se necessária a comprovação do recolhimento de custas processuais para fins de baixa do processo em curso, não podendo ser dispensado tal pagamento, sob pena de prejuízo ao erário.

**Art. 7º.** A opção pelo REFIS-2025 sujeita o contribuinte à aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta lei e constitui confissão irrevogável e irretratável da dívida relativa aos débitos tributários nele incluídos.

**Parágrafo Único.** A opção pelo REFIS sujeita, ainda, o contribuinte:

- a) a desistência automática das impugnações, defesas, recursos e requerimentos administrativos que discutam o débito;
- b) a desistência automática das ações e dos embargos à execução fiscal;
- c) a renúncia do direito, sobre os débitos, em que se funda a ação judicial ou o pleito administrativo;
- d) ao pagamento regular das parcelas do débito consolidado;
- e) ao pagamento das custas judiciais e os honorários advocatícios nos débitos que já foram executados judicialmente, que serão pagos conforme a modalidade de acordo escolhida pelo contribuinte/executado.

**Art. 8º.** A opção dar-se-á mediante requerimento do contribuinte, em formulário próprio, instituído pela Prefeitura Municipal de Conde.

**Parágrafo Único.** O pedido deverá estar devidamente assinado pelo interessado e acompanhado dos seguintes documentos:

I- Termo de desistência de impugnações, defesas, recursos e requerimentos administrativos; desistência das ações e dos embargos à execução fiscal e renúncia do direito, sobre os débitos, em que se funda a ação judicial ou o pleito administrativo.

II- Cópia do cartão do CNPJ e do registro comercial, do ato constitutivo, do estatuto ou contrato social em vigor, conforme o caso, em se tratando de pessoa jurídica;

III- Cópia do documento de identidade, CPF e comprovante de residência do requerente, ou do representante legal que assinar o pedido, no caso de pessoa física.

**Art. 9º.** O contribuinte será excluído do REFIS, diante da ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

- I – inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta lei;
- II - atraso no recolhimento de qualquer parcela por mais de 3(três) meses implicará no vencimento antecipado de todas as parcelas vincendas, com a perda de todos os benefícios.
- III – falência ou extinção, pela liquidação da pessoa jurídica;
- IV – cisão da pessoa jurídica, exceto se a sociedade nova oriunda da cisão ou aquela que incorporar a parte do patrimônio permanecerem estabelecidas no Município de Conde e

assumir em solidariedade com a cindida as obrigações do REFIS;

**Parágrafo Único.** A exclusão do contribuinte do REFIS – 2025 acarretará a imediata exigibilidade da totalidade do débito tributário confessado e não pago, aplicando-se sobre o montante devido, os acréscimos legais, previstos na legislação municipal, à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, bem como na sua imediata inscrição na Dívida Ativa e demais procedimentos que serão adotados pela Procuradoria Geral do Município.

**Art. 10.** Não serão objeto de restituição os valores pagos, à vista ou em parcelas, sob o fundamento de terem sido realizados sem descontos, quando firmados fora do prazo estipulado no artigo 1º desta Lei.

**Art. 11.** A Lei Municipal nº 1264 de 11 de Julho de 2024 – Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO, referente ao exercício de 2025, fica alterada para introduzir o Anexo de Estimativa e Compensação a Renúncia de Receita, correspondente aos resultados estimados no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS 2025, deste município.

**Parágrafo Único** – O Anexo passa a ter a seguinte composição:

CONDE - PARAIBA						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
ANEXO DE METAS FISCAIS						
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA						
2025						
AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)			R\$ 1,00			
TRIBUTOS	MODALIDADE	SETOR PROGRAMA BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2025	2026	2027	
IPTU	Refis	Contribuinte	1.451.288,00			
TCR	Refis	Contribuinte	39.918,00			
I S S	Refis	Contribuinte	166.000,00			
			1.657.206,00			

**Art. 12.** A Lei Orçamentária Municipal nº 1.283 de 31 de Dezembro de 2024, referente ao exercício de 2025, fica alterado o valor do Orçamento do Município para o Exercício de 2025, incluindo a receita proveniente de programa recuperação fiscal, abaixo discriminada:

1112.50.03.01	- DÍVIDA ATIVA – IPTU – REFIS	R\$ 5.010.161,00
---------------	-------------------------------	------------------

---

1122.01.03.01	- T C R - DÍVIDA ATIVA – REFIS	R\$ 166.000,00
1114.51.13.01	ISS – DÍVIDA ATIVA – REFIS	R\$ 500.000,00

**Art. 13.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 14.** Ficam revogadas as disposições em contrário.

Conde, 01 de julho de 2025.

**KARLA PIMENTEL**  
Prefeita de Conde

---

**ANEXO I**  
**MODELO DE REQUERIMENTO**

À Secretaria Municipal de Fazenda REQUERIMENTO DE ADESÃO AO REFIS – 2025

NOME/RAZÃO SOCIAL: \_\_\_\_\_

CPF/CNPJ: \_\_\_\_\_

RG/IM: \_\_\_\_\_

INSC. MUNICIPAL: \_\_\_\_\_

END: \_\_\_\_\_

CIDADE: \_\_\_\_\_, ESTADO: \_\_\_\_\_,

CEP nº \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_.

O contribuinte acima qualificado requer sua adesão no programa REFIS, no intuito de que sejam concedidos os benefícios de que trata a Lei Municipal nº 1295/2025, para PAGAMENTO:

☐ À VISTA

☐ em \_\_\_\_\_ PARCELAS

dos débitos constantes no relatório descritivo fiscal em anexo, que constitui parte integrante deste documento.

**Ciente, estou ainda, de que renuncio nesta oportunidade ao direito de interpor impugnações, defesas, recursos e requerimentos administrativos; desistência das ações e dos embargos à execução fiscal e renúncia do direito, sobre os débitos, em que se funda a ação judicial ou o pleito administrativo, bem como de que o não pagamento dos valores aqui acordados, nos prazos previstos na mencionada lei, ensejará a imediata rescisão do benefício ora pleiteado, implicando na cominação dos acréscimos legais pertinentes, sem prejuízo do ajuizamento de ação executiva ou de sua retomada, nos termos da Lei acima.**

Conde-PB, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do contribuinte

Autorizo em, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2025.

\_\_\_\_\_  
Autoridade Fazendária (Assinatura e Carimbo)

de pagamento.